

A PARTICIPAÇÃO E O ASSOCIATIVISMO NO CENTRO DE UMA VERDADEIRA POLÍTICA DE JUVENTUDE

1. No final de 1995, no 10º Encontro Regional das Associações Juvenis, realizado em Vila do Conde, a Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto aprovou o documento **“Contributos do Associativismo Juvenil Local para a Definição de uma Política de Juventude”**. Hoje, três anos passados, a caminho do fim da presente legislatura, parece-nos adequado fazer um balanço das evoluções verificadas e (re)definir a nossa posição face ao presente e ao futuro.

Uma nova política de juventude

2. Após as eleições legislativas de 1995, com a nomeação de António José Seguro como Secretário de Estado da Juventude, ocorreram profundas modificações na Política de Juventude. Essas modificações foram acolhidas com grande entusiasmo, até porque vinham reitroduzir uma dinâmica neste domínio, marcado, nos anos anteriores, por uma acentuada estagnação, com quase completa desagregação do valioso trabalho desenvolvido nos anos que se seguiram ao Ano Internacional de Juventude (1985).
3. No centro desta mudança esteve uma modificação do **relacionamento da administração com as organizações juvenis, consideradas como elemento a privilegiar** no desenvolvimento da Política de Juventude.
4. Dentre as **medidas positivas** que foram assumidas, muitas das quais reclamadas, aliás, no documento da Federação a que aludimos, podemos destacar:
 - i.1. **A Modificação da lei orgânica do IPJ**, diminuindo o número de escalões de decisão e reforçando o poder dos Delegados Regionais.
 - i.2. A nomeação para vários lugares do IPJ e da Administração de elementos oriundos do mundo associativo.
 - i.3. **A consagração do princípio da co-gestão**, com a entrada de representantes do movimento associativo para o Conselho de Administração do IPJ e com a criação dos Conselhos Consultivos Regionais do IPJ.
 - i.4. **A reformulação do Regulamento do RNAJ**, com a criação de mecanismos de transparência a este nível.
 - 4.5. A criação de um mecanismo global de apoio ao associativismo, o **PAAJ (Programa de Apoio às Associações Juvenis)**.
 - 4.6. O reforço das dotações orçamentais para apoio ao movimento associativo e, em particular, ao associativismo local, embora nos mantenhamos numa situação de clara discriminação em relação a outras expressões do movimento juvenil.
 - 4.7. A integração nos quadros do IPJ dos técnicos e outros funcionários oriundos das Casas de Cultura da Juventude.
 - 4.8. A criação da RNIJ (Rede Nacional de Informação Juvenil).
 - 4.9. A publicação do **Estatuto do Dirigente Associativo Juvenil**.
 - 4.10. O desenvolvimento de muitos outros programas, voltados para a Participação e tendo como elemento comum o estímulo à vida associativa.

5. Regista-se também, ao nível do distrito, a criação em vários concelhos de **políticas municipais de juventude**. Embora com níveis diversos de desenvolvimento e com perspectivas diferentes sobre a Participação dos jovens e das suas associações, verifica-se, globalmente, uma evolução muito positiva. Várias Câmaras Municipais – Felgueiras, Gondomar, Maia, Matosinhos, Paredes, Póvoa de Varzim, Valongo; Vila do Conde – criaram Pelouros ou Serviços de Juventude e têm vindo a desenvolver actividade nesta área. Em alguns casos, os programas realizados e as infra-estruturas criadas têm contribuído de forma notável para a melhoria da condição juvenil nos respectivos concelhos.

Um mundo associativo a desenvolver-se

6. Em paralelo com o desenvolvimento desta nova Política de Juventude assistimos, um pouco por todo o país e, em particular, no distrito do Porto, a um **impetuoso crescimento do associativismo juvenil, em particular ao nível das associações juvenis de base local**.
7. Neste momento, no nosso distrito, existem cerca de **80 associações juvenis locais**, número a que devemos adicionar muitas dezenas de grupos informais. Mas, mais ainda, existe um verdadeiro fervilhar de novos projectos associativos, com notícia constante de grupos em criação.
8. A Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto quase duplicou a sua representatividade e agrupa hoje **61 associações**, continuando em tendência crescente. Só em 1998 verificou-se, até esta data, a entrada de 11 associações.
9. Embora continuem a faltar estudos a este nível, que possam determinar com rigor o nível de **Participação no associativismo juvenil, não há quaisquer dúvidas acerca do seu crescimento**. Em menos de uma década, as associações agrupadas na Federação duplicam o número de jovens membros, que são agora **mais de 12.000**. estamos ainda longe de envolver o conjunto dos cerca de 400.000 jovens entre os 14 e os 29 anos que moram nos 17 concelhos do distrito, mas, se englobarmos a participação nas associações de âmbito nacional e nas associações de estudantes, concluímos indubitavelmente que há entre a juventude do distrito, uma assinalável evolução a este nível.
10. Para além do crescimento no número de associações e na quantidade de jovens inscritos, assistimos também a uma **notável evolução qualitativa**. Várias associações transformaram-se em pólos fundamentais da dinâmica social e cultural locais, prestando importantes serviços à comunidade. Em algumas áreas de actividade e sócio - cultural, a actividade do associativismo juvenil assume clara preponderância. São os casos, entre outros, do teatro, ressuscitado no Porto também graças à intervenção regular de muitos grupos de jovens; da banda desenhada; da nova música portuguesa.

11. Esse desenvolvimento qualitativo fica bem demonstrado pela crescente influência local de muitos dos dirigentes das associações juvenis. Nas últimas eleições autárquicas foram vários os jovens dirigentes associativos eleitos para cargos nos órgãos municipais e de freguesia e, em alguns casos, para as próprias presidências das Juntas de Freguesia.
12. **O crescimento quantitativo e qualitativo, do associativismo local é indissociável da existência da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto** e do trabalho que vimos desenvolvendo ao nível da formação da informação, do apoio técnico e, não menos importante, da difusão dos valores do associativismo.
13. Aliás um acontecimento ocorrido recentemente ilustra bem a importância das estruturas federativas. É que foi nos dois distritos em que as Federações estão mais desenvolvidas – Aveiro e Porto – que se verificou uma maior participação juvenil no Festival Mundial de Juventude, que se realizou em Agosto de 1998. Um terço dos jovens participantes eram dos dois distritos referidos e, por si só, o nosso distrito contribui com um quinto das presenças.
14. Estes são mais elementos que demonstram a importância da actividade federativa e que reforçam a necessidade de que ela seja estimulada e apoiada.

PROBLEMAS QUE PERSISTEM

15. As evoluções positivas dos últimos anos não nos podem levar a desvalorizar as **dificuldades que persistem**. Dentre elas realçamos:
 - 15.1. A continuada existência de **barreiras legais à participação associativa**.
 - 15.2. A clara **insuficiência de infra-estruturas** destinadas à juventude.
 - 15.3. A **ausência de uma política de formação** e reconhecimento dos animadores.
 - 15.4. O **carácter incipiente das estruturas de informação juvenil**.
16. Embora conscientes dos condicionalismos que marcam a acção governativa, as associações juvenis do distrito do Porto não podem deixar de **encarar com preocupação alguma estagnação no que diz respeito ao desenvolvimento da Política de Juventude**. O último documento legal publicado tem mais de um ano de idade e um ano é muito tempo para não produzir nada, sobretudo quando há tanto a fazer.
17. Mais grave ainda detectamos, no discurso oficial, o aparecimento reiterado de preocupações com a rentabilidade do apoio às associações juvenis, **como se o associativismo juvenil fosse o problema e não a solução da Política de Juventude**.
18. Confiamos em que não se trata de uma inversão de orientação. Mas, **na acção política o que conta são os actos e não as palavras**. Mantemos, serenamente, a postura de quem analisa as questões, equaciona os problemas, propõe as medidas a tomar, numa perspectiva de diálogo e de co-

responsabilização. Não nos demitiremos, no entanto, de afirmar claramente as nossas opiniões e de **expressar a nossa oposição a uma qualquer política de desvalorização da Participação**, seja qual for a roupagem de que venha a ser vestida.

MEDIDAS NECESSÁRIAS

19. É neste contexto que assumimos aqui um conjunto de **propostas** cuja implementação nos parece particularmente urgente. Num período em que, pelo menos nas palavras, parece haver amplo consenso em várias destas matérias, abrangendo as organizações associativas dos jovens e a própria Administração não nos parece que elas possam continuar adiadas.
20. Assume clara prioridade a **modificação do enquadramento legal** da actividade associativa, designadamente:
 - 20.1. O reconhecimento do **direito de associação de menores**.
 - 20.2. A **simplificação dos mecanismos de aquisição de personalidade jurídica**, abolindo a escritura pública e os custos do processo.
 - 20.3. A criação de um regime de contabilidade simplificado, que confira verdadeira transparência à vida financeira das associações.
 - 20.4. A consagração de um **regime fiscal específico**, com benefícios idênticos aos de outras entidades.
21. No domínio do funcionamento do IPJ parece-nos fundamental assegurar o aprofundamento da co-gestão, que só foi ainda muito timidamente ensaiada. Em concreto propomos:
 - 21.1. A consagração da **participação do associativismo local no Conselho Consultivo de Juventude**.
 - 21.2. A atribuição de **poderes efectivos aos Conselhos Consultivos Regionais** do IPJ, que lhes confira alguma utilidade.
 - 21.3. A outorga à **FNAJ/ Federação Nacional das Associações Juvenis Locais do direito de indicar um elemento para o Conselho de Administração do IPJ**, em paridade com o CNJ.
 - 21.4. O aprofundamento de **mecanismos de acompanhamento à actividade associativa de carácter técnico**, abandonando a tentação de efectuar um controle burocratizante e inútil.
22. É também fundamental o prosseguimento e intensificação do esforço de **construção e reparação e infra-estruturas para a juventude**, com a participação da Administração Central e das autarquias. Neste domínio torna-se particularmente importante:
 - 22.1. **O reforço orçamental**, que permita fazer face às solicitações e projectos existentes.
 - 22.2. **O apoio activo do IPJ a soluções inovadoras**, de que é exemplo o projecto da Federação de instalar no Porto uma Casa das Associações.
 - 22.3. A concretização de **programas plurianuais**, que permita fazer face aos projectos mais onerosos.

23. Relativamente à política de **informação juvenil** mantém-se inteiramente actual a reivindicação de um “serviço nacional de informação para a juventude, descentralizado, tecnicamente evoluído e envolvendo a participação activa das associações na gestão e animação da informação”, no pressuposto de que o acesso à informação é condição essencial para assegurar a tão propalada igualdade de oportunidades. Em concreto propomos:
- 23.1. A criação de um **Centro Regional de Informação Juvenil** com participação associativa.
- 23.2. A **participação das associações nos Postos de Informação Juvenil (PIJ)**, cujo funcionamento necessita de uma profunda revitalização.
- 23.3. A **criação de PIJ itinerantes**, que facilitem o acesso à informação de jovens das comunidades mais isoladas.
24. No que concerne à formação e reconhecimento dos animadores propomos:
- 24.1. A criação urgente do **Estatuto do Animador Juvenil Voluntário**, que reconheça finalmente, a função dos cidadãos, que com prejuízo da sua vida pessoal e profissional, têm contribuído ao longo de décadas para a formação/educação dos jovens, reconhecendo simultaneamente a importância do trabalho de animação nas associações juvenis e criando condições para o seu reforço e credibilização. Acreditamos que o Estatuto do Animador Juvenil Voluntário, contribuirá para uma melhoria progressiva da qualidade da animação juvenil, promovendo o enquadramento deontológico das práticas de animação e reforçando a segurança nas actividades com jovens.
- 24.2. A utilização de uma parte significativa das disponibilidades financeiras do IPJ para a área de recursos humanos do PAAJ na criação de um esquema de **bolsas plurianuais de apoio à contratação de animadores pelas associações**, com participação das autarquias.
- 24.3. A assumpção por parte do IPJ ou de um organismo a criar com a participação do IPJ e das associações juvenis, da certificação da actividade das associações no domínio da formação de animadores, garantindo um conjunto de conhecimentos, competências e valores mínimos, para o desempenho, com seriedade e responsabilidade, da função de animador.
25. No que diz respeito ao **intercâmbio e turismo juvenil** propomos:
- 25.1 Uma mais cuidada **divulgação** dos programas de intercâmbio internacional e dos **critérios de escolha** dos projectos, que termine com a situação de desigualdade que se vive actualmente.
- 25.2. **A facilitação do acesso** à rede de Pousadas da Movijovem por parte das associações, simplificando os processos burocráticos e estabelecendo vantagens económicas.
26. A experiência dos últimos anos mostra que os **municípios** podem assumir um papel decisivo na implementação da política de juventude. Neste contexto:
- 26.1. Exortam-se as Câmaras Municipais dos concelhos em que tal ainda não acontece a **desenvolverem políticas municipais de juventude**, dando resposta aos anseios desta importante camada populacional.
- 26.2. Reforça-se a necessidade de, também a este nível, se **privilegiar a Participação e o associativismo juvenil**.

PARTICIPAÇÃO E ASSOCIATIVISMO NO CENTRO DA POLÍTICA DE JUVENTUDE

27. **Sem participação a Política de Juventude não faz qualquer sentido.** Isso mesmo é geralmente reconhecido e a própria Organização das Nações Unidas incluiu a Participação como um dos lemas do Ano Internacional da Juventude, em 1985. Mas, no domínio dos factos, há que generalizar o reconhecimento de que **só o associativismo juvenil, livre e autónomo, pode assegurar uma efectiva Participação.** É esta a luta que continuaremos a travar.